

**A NARRATIVA E MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA EM
COMUNIDADES TRADICIONAIS: ARRAIAL DO CABO E
O CONTO “PÉ DE CABRA”**

Manuela Chagas Manhães (CNEC)
manuelacmanhaes@hotmail.com

RESUMO

É sabido que a narrativa é um discurso e enquanto discurso demonstra sentidos entre os interlocutores. Isso significa dizer que ao usarmos a linguagem como forma de manter nossas relações dialógicas, há mais do que transmissão de informações. Segundo Orlandi (2002, p. 15), a linguagem além de transmitir informações com o discurso, forma um complexo processo na constituição de sujeitos sociais e seus sentidos nos quais há identificação de tais sujeitos, há argumentações, subjetivações e construções da realidade social. No conto “Pé de Cabra”, o narrador retrata a redefinição da vila de pescadores, em Arraial do Cabo, no cenário nacional e as novas realidades que seriam compartilhadas. Tais realidades seriam variações significativas para esta comunidade partindo de um contexto determinado com a implementação da Companhia Nacional da Alcalis e novas oportunidades. Nesse conto, a narrativa discorre, de maneira ímpar, sobre as miudezas dessa comunidade e as alterações vivenciadas por ela com a mudança social dirigida e a instalação da Companhia Nacional de Alcalis.

Palabras-chave:

Narrativa. Comunidades tradicionais. Memória social.

1. Introdução

Segundo Reuter (2002), há vozes nas narrativas, pois ao narrar estaremos contando histórias, fatos, com diferentes perspectivas e diferentes sujeitos sociais envolvidos. Isso se deve ao fato da percepção ter diferentes formatos e ser intersubjetiva, depende do indivíduo, o que permite a construção das distintas significações. Nesse quadro, a relação entre os envolvidos em seu interior colabora com as impressões que têm diferentes prismas e estarão sendo mediadas pelos narradores. A narrativa evidencia uma maneira de contar histórias; ela é percorrida pelas memórias individuais, as quais corresponderão às formas de interpretar fatos do passado no presente e sua relação direta com o cotidiano.

Dessa forma, o ato de narrar é uma rememoração de fatos, acontecimentos que estarão no interior de um grupo, de uma comunidade; é o de “desenrolar fios de meadas” (BOSI, 1994, p. 413). Funciona de maneira simbólica diante de sua própria construção. O ato de narrar tem elementos objetivos e subjetivos que encarnam denominadores comuns dos diversos membros envolvidos e, por isso, tais elementos podem ser con-

siderados parte integrante da vida social na comunidade e, consequentemente, fundamentais para a memória social e coletiva.

O fato é que todas as narrativas sejam elas orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não-oficiais, são narrativas de identidades (ANDERSON *apud* ERRANTE, 2000, p. 142). Nesse aspecto, Errante (2002, p.142) afirma que as narrativas são fontes da realidade social construídas historicamente, e que o narrador, por sua vez, comunica como ele se percebe, assim como percebe os demais e é percebido. Desse modo, há articulação das vozes narrativas à identidade; há articulação do narrador com o grupo e o meio em que vive (territorialidade).

Toda narrativa se inscreve em uma cultura. Nesse tocante, ela não remete apenas às realidades extralingüísticas do mundo, mas também a outros textos, escritos ou orais, que a precedem ou acompanham e que ela retoma, imita, modifica... este fenômeno é geralmente chamado de intertextualidade (...) (REUTER, 2002, p. 167-8)

Já Maluf (1999) ressalta que as narrativas são pessoais, mas, no entanto, acontecem num espaço (ambiente/territorialidade) em momentos específicos da interação social, e este seria um dos motivos para podermos entendê-las como representantes do próprio *ethos* do grupo no qual o ator social está inserido.

2. *A narrativa de arraial do cabo: “seus contos e encantos”*

Por escolher essa comunidade tradicional pesqueira, utilizaremos como fonte de análise o livro: “Arraial do Cabo seus contos e seus encantos”, organizado e documentado por Wilnes Martins Pereira. Tal livro foi o resultado de um trabalho etnográfico de coletar de informações de histórias orais organizadas pelo autor. Desse modo, esse livro realmente é uma fonte grandiosa de elementos estruturantes significativos na construção da memória social e coletiva e da identidade cultural da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Por isso selecionamos alguns contos.

Nesse processo seletivo buscamos a compreensão da conexão entre representações do contexto sociocultural e o seu isolamento social geográfico, os elementos estruturantes significativos e particularidades narradas entre os membros da comunidade. É perceptível a importância da relação da territorialidade, ancestralidade, meio ambiente e o sentido de comunidade tradicional; o desenvolvimento da pesca artesanal e sua definição; e as vivências experimentadas no cotidiano com determinação de

funções e saberes, além das lendas com caráter mágico e ficcional construídas na vila de pescadores. Entendemos, então, que esse livro é uma fonte de informação sobre a comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo. Assim sendo, podemos compreender como o aprendizado informal construído historicamente demonstra a relação do conhecimento espontâneo na composição dos seus saberes, sabores, valores, divisão de papéis sociais e racismo local mediante a formação étnica da comunidade cabista.

Nesses contos, percebemos a possibilidade de compreensão da própria experiência da realidade narrada por diferentes interlocutores, de maneira que fica evidenciada a diversidade sequencial da narrativa (REUTER, 2002). Segundo Reuter (2002, p. 128-9), isso significa dizer que na narratividade há componentes que são dissecados no texto no momento em que há a escolha das palavras, desenvolvimento dos personagens, as ações descritas entre outros. No entanto, esses componentes podem ser formados sob uma forma seqüencial, na qual está presente uma maneira de organização própria descritiva, argumentativa, explicativa. Em outras palavras, as histórias contadas podem alternar as seqüências desenvolvidas. Nas palavras de Reuter (2002):

Esses componentes podem permanecer disseminados no texto (na escolha das palavras, das personagens, das ações, dos subentendidos...). Mas também podem ser formalizados sob a forma de seqüências, dotadas de uma organização própria, passíveis de serem isoladas como tais. Assim, uma narrativa pode alternar seqüências narrativas (com sua organização em cinco etapas), seqüências descritivas (que desdobram as propriedades e as partes de um personagem, um lugar ou um objeto) ou seqüências explicativas (caracterizadas pela construção de uma resposta sob a forma de explicação de uma questão implícita ou explicitamente formulada). Podemos ainda alternar seqüências argumentativas (passando de uma tese contestada para outra, por meio de argumentos refutações, concessões...), seqüências injuntivas (articulando ações por fazer ou por mandar fazer) ou seqüências dialógicas (caracterizadas por um encadeamento de réplicas sob formas de afirmações ou de perguntas-respostas. (REUTER, 2002, p. 128-9)

Nesse sentido, ao compreendermos a importância da narrativa e seus diferentes formatos, há diferentes componentes que são fundamentais para seu desenvolvimento. No que se refere à relação dialógica entre os membros da comunidade encontramos diferentes seqüências explicativas, argumentativas, dialógicas e descritivas.

Desse modo, há um grande acervo cultural que passeia em suas histórias recontando o seu modo de vida e, por isso, é um bem cultural, o que as torna, então, além de ficções por percorrer o imaginário social,

uma fonte de elementos definidores do modo de vida, de vivências e memória social e coletiva, reafirmando os elementos materiais e imateriais, bens culturais, e a constituição do sentido do patrimônio cultural dessa comunidade e da sua identidade cultural.

Segundo Azevedo e Júnior (2012), as diversas linguagens colaboram para revestir o espírito dos que com ela se relacionam. Desse modo, ao compartilhar a linguagem por meio de distintas narrativas, as interlocuções constituem sentidos e significados possibilitando a continuidade de representações, apreensão de valores e, assim, de patrimônio. Tais valores se exteriorizam nas ações dos indivíduos, membros da comunidade, determinando o que o indivíduo pode ou não fazer. Por conseguinte percebe-se a associação existente entre a idéia de patrimônio cultural e a própria concepção de cultura como algo inteligível. Isso se deve à apropriação daqueles sentidos objetivos e subjetivamente definidos no meio social em questão.

Por meio dessas narrativas, entendemos que a sua importância e suas perspectivas convergem com a nossa reflexão sobre a existência do reconhecimento social na dimensão comunitária e sua relação com a cultura como contexto. Em outras palavras, em tais narrativas há a cultura como contexto, particularizada pelas especificidades vivenciadas no processo de socialização, mantendo o sentido do que forma os cabistas. Isso significa dizer que as narrativas possibilitam a compreensão dos elementos significantes desta comunidade, que são compactuados e compartilhados entre seus membros por meio da interlocução.

Portanto, a cultura, vista no contexto social no qual são vivenciados tais elementos significativos, pode permitir o fortalecimento do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, do que Honneth (2009) definiu como reconhecimento social comunitário entre os membros da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo.

Por conseguinte, encontramos nos contos organizados por Pereira (2013), de maneira geral, tradições, costumes, crenças, saberes, costumes. Há uma edificação do tornar-se humano sobre diferentes prismas, que são fundamentais e que caracterizam a cultura como contexto da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Podemos dizer que é um patrimônio imaterial que permite aos sujeitos sociais conhecerem e se reconhecerem. Assim, em tais contos que foram “remontados” por Wilnes Martins Pereira, há uma narrativa que provoca o imaginário e traz uma espécie de visão de mundo, de estar no mundo, ao qual os interlocutores dessa comunidade se sentem pertencentes. A narrativa permite a es-

cuta compartilhada, de maneira objetiva e descritiva entrelaçadas às questões subjetivas, permeando o processo ficcional por estar presente no imaginário social e, ao mesmo tempo, trazendo elementos da realidade social. É uma escrita repleta de achados e perdidos que passeiam na memória social e coletiva.

3. *Análise do conto:*

Segundo Benjamin (1987, p. 210), o cronista é o narrador da história. Concordamos com o autor ao afirmar que o narrador mantém sua fidelidade à época, ao seu olhar sobre os fatos contados, reinventados, re-interpretados. Por isso, uma história recontada não será a mesma, passa pela intersubjetividade, influenciada pelos valores, pela socialização, pelo tempo que refugiam a formação do indivíduo. Mas, para que a narrativa mantenha-se viva, há uma relação ingênua entre o ouvinte e o narrador, a qual é dominada pelo interesse de conservar o que foi narrado. “Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução” (210).

O que isso significa? Segundo o autor (1987), o narrador tem suas raízes no povo, na sua comunidade, é um artesanato de palavras que tem a musa da reminiscência, inspirando a formação da memória. O narrador é capaz de provocar o sentido de vida e moral da história passada de geração à geração. Nas palavras de Benjamin (1987, p. 214): “Em suma, independentemente do papel elementar que a narrativa desempenha no patrimônio da humanidade, são múltiplos os conceitos através dos quais seus frutos podem ser colhidos”.

Logo, nos questionamos como o narrador favorece para que haja representatividade e não representatividade na narrativa. Isso acontece por existir um hibridismo nas histórias com a rememoração e as possíveis ressignificações. Assim, encontramos a ressignificação nas histórias cabistas, passadas de geração em geração. Estas são construídas por elementos significantes que compõem a própria vida social, principalmente, quando pensamos na historicidade dessa vila de pescadores que é retratada nas narrativas. Os fatos descritos são compartilhados, ganham um novo leque de sensações e emoções quando construídos e captados pelo narrador. Tais fatos, lendas e estórias estão voltados para a evocação de um referencial: elementos culturais da realidade social cabista.

4. O conto: “Pé de cabra”

O conto, denominado “Pé de Cabra”, foi selecionado para que possamos compreender o antes e o depois da instalação da Companhia Nacional de Álcalis na década de 50. Assim, há uma descrição sobre o processo de instalação da CNA, das suas funções e como a migração propiciou uma maneira de perceber este “forasteiro”. O trabalho da pesca artesanal será substituído pela possibilidade de estabilidade, principalmente, por ter a carteira de trabalho assinada pela primeira vez ao se tornar funcionário da Companhia.

Além disso, este conto está impregnado de questões socioculturais da organização da comunidade, demonstrando especificidades ocasionadas pelo isolamento social e geográfico e sua alteração. Assim, a simplicidade no modo de vida, os estereótipos e a ingenuidade podem ser percebidas nas ações dos membros dessa comunidade da mesma forma que as novas perspectivas de vida.

Neste aspecto, Prado (2002) argumenta que:

O conteúdo cultural, oriundo de uma geração anterior, que se transmite pela tradição, através da linguagem, é sempre muito mais do que um fluxo de palavras; ela compõe, por analogia, uma série significativa que serve de suporte e garantia às variações de uma série significada, que parte de um contexto, de forma a possibilitar o enquadramento significativo de algo novo, daquela descoberta, do que não se sabia e agora se sabe, porque ocorreram mudanças. É por conta disso que em cada avanço material, ou em cada conquista técnica, são inseridos novos significados, que são os “novos moradores” das casas vazias ou dos significantes que, por conta das mudanças ocorridas, não encontram sua significação original, ou seja, imediatamente transmitida pela geração anterior, no presente, gerando uma nova ordem significável. Chega-se, portanto, a um só caminho, de mão dupla, que não opõe a estrutura de acontecimentos. É deste modo que o significante “tradicional” ou “pescador” ou “cabista” pode ter diferentes significados contextuais: posto que o conteúdo cultural vai sendo modificado no decorrer de sua passagem ou transmissão. (PRADO, 2002, p. 130)

No conto “Pé de Cabra”, o narrador retrata a redefinição da vida de pescadores no cenário nacional e as novas realidades que seriam compartilhadas. Tais realidades seriam variações significativas para esta comunidade partindo de um contexto determinado com a implementação da Companhia Nacional de Álcalis e novas oportunidades. Nesse conto, a narrativa discorre, de maneira ímpar, sobre as miudezas dessa comunidade e as alterações vivenciadas por ela com a mudança social dirigida e a instalação da Companhia Nacional de Álcalis.

Assim, há nas entrelinhas a compreensão da perspectiva de vida dos membros dessa comunidade e a definição de pertencimento. Por outro lado, imersos no seu modo de vida, as suas lembranças perpassam nos fatos que demonstram as transformações que serão provocadas por um novo contexto social com a industrialização. Um caminho de mão dupla seguiria o desenvolvimento dessa comunidade, já que segundo Shalins (1990, p. 147), “a transformação de uma cultura é um modo de sua reprodução”.

“Pé de cabra”

O povaréu se ajuntava no Morro da Boa Vista para ver as máquinas novas de terraplenagem que faziam o nivelamento do solo. Era a Companhia Nacional de Alcalis que chegava a Arraial do Cabo para fabricar o carbonato de sódio, mais conhecido como barrilha. Com essa fábrica, chegava, também, a esperança de transformar uma simples vila de pescadores em cidade industrial. Arraial do Cabo era, nessa época, o Quarto Distrito do Município de Cabo Frio.

Os moradores de Arraial do Cabo eram admitidos de imediato em cargos específicos: desde a função de serviços gerais a marítimos, pois, a lagoa de Araruama seria dragada para a exploração do calcário, matéria prima essencial para o fabrico de carbonato de sódio. Estávamos felizes por ver nossas carteiras de trabalho assinadas pela primeira vez, principalmente, por uma empresa de fama internacional. Todos vibravam de alegria expondo esse documento como se fosse um troféu olímpico.

As mocinhas da cidade ensaiavam namoricos àqueles que exerciam qualquer atividade na comunidade alcalina. Nenhum funcionário da estatal ficava sem casamento, mesmo o mais feioso; o namoro era garantido devido à estabilidade no emprego que a usina proporcionava a seu empregado.

Os grandes canteiros de obra careciam, ainda, de mão de obra não especializada. Para essa demanda, chegavam ao nosso Distrito, dezenas de operários vindos de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste.

Naquela época, esses trabalhadores nordestinos eram chamados de “cabras”, alcunha utilizada mais tarde, por extensão, a todos os funcionários não graduados pertencentes ao quadro fabril.

A obra transcorria satisfatoriamente; era cabra para todos os lados. Cabra caminhando com material no ombro, auxiliando na lubrificação de máquinas, nas operações de transportes, cabra segurando a baliza topográfica, enfim, cabras trabalhando 10 horas por dia, 07 dias na semana e 30 dias no mês.

Um caso curioso, ocorrido nos canteiros, foi quando um profissional de carpintaria ao trabalhar no telhado de um galpão, solicitou a um de seus ajudantes que fosse até o almoxarifado e trouxesse, com urgência, um “pé de cabra”.

O auxiliar saiu apressadamente e foi até o galpão de material solicitar a ferramenta. O almoxarife, auxiliar recém-contratado, não conhecia nenhum instrumento e nem por um instante, procurou saber da existência da ferramenta com esse nome.

Viu que na requisição solicitava, simplesmente, um “pé de cabra”, chamou em particular um paraibinha recentemente admitido, e ordenou asperamente:

– Olha aqui Paraíba, o chefe da carpintaria está requisitando um pé-de-cabra. Vai tratando de suspender uma das bainhas da calça, enquanto pego o facão para amputar uma de suas pernas.

Contam alguns funcionários que o paraibinha saiu em correria e nunca mais foi visto na cidade de Arraial do Cabo. (PEREIRA, 2013, p. 107-9)

Dessa forma, essa narrativa torna-se uma demonstração do antes e depois da instalação da Companhia Nacional da Álcalis. Além disso, nesse conto, encontramos a representação dos elementos estruturantes significativos e as possíveis modificações por existir a construção de novas escolas, novas profissões, novas residências, novos hábitos e novos sujeitos sociais.

Como vimos, no capítulo III, a possibilidade de ter carteira de trabalho significaria estabilidade e uma forma de melhorar as condições de trabalho. Quando da abertura da CNA, além de inúmeras questões de infraestrutura, novos empregos e status surgem; há um novo formato social com o processo de migração, assim como, uma nova expectativa de vida.

Os moradores de Arraial do Cabo eram admitidos de imediato em cargos específicos: desde a função de serviços gerais a marítimos, pois, a lagoa de Araruama seria dragada para a exploração do calcário, matéria prima essencial para o fabrico de carbonato de sódio. Estávamos felizes por ver nossas carteiras de trabalho assinadas pela primeira vez, principalmente, por uma empresa de fama internacional. Todos vibravam de alegria expondo esse documento como se fosse um troféu olímpico.

As mocinhas da cidade ensaiavam namoricos àqueles que exerciam qualquer atividade na comunidade alcalina. Nenhum funcionário da estatal ficava sem casamento, mesmo o mais feioso; o namoro era garantido devido à estabilidade no emprego que a usina proporcionava a seu empregado. (PEREIRA, 2013, p. 107)

Assim, evidencia-se que a pequena vila de pescadores artesanais, diante da dinâmica social, reformula a concepção de quem é cabista. Percebemos tal fato quando nos deparamos com a sequência argumentativa, dialogal e descritiva, as quais demonstram que a mudança é permeada pela “re-socialização” devido à quebra do isolamento social e geográfico, processo migratório e as novas formas de trabalho e, ainda, uma sequência de diálogos sobre o “pé de cabra”.

Desse modo, são incorporados ao meio social outros valores, saberes e maneira de se perceber o migrante. Com a confluência de novos atores sociais, há a constituição de estereótipos de quem é o forasteiro, quem é o estranho que adentrará aquela comunidade e quem são, verda-

deiramente, cabistas promovendo o reconhecimento social na dimensão comunitária para com aqueles que compartilharão o novo contexto social.

Os grandes canteiros de obra careciam, ainda, de mão de obra não especializada. Para essa demanda, chegavam ao nosso Distrito, dezenas de operários vindos de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste.

Naquela época, esses trabalhadores nordestinos eram chamados de “cabras”, alcunha utilizada mais tarde, por extensão, a todos os funcionários não graduados pertencentes ao quadro fabril. (PEREIRA, 2013, p. 108)

Diante desses fatos, é perceptível que a Companhia Nacional de Álcalis promoveria uma mudança na pequena vila de pescadores de Arraial do Cabo. Alinhado ao pensamento da época, daquele contexto político desenvolvimentista, a mudança dirigida seria um caminho desenhado por intelectuais e políticos. Como Prado (2002) afirma:

A nova ordem de produção vem de cima, de intelectuais, políticos, militares e pessoas de destaque, nas quais se deve depositar confiança, até certo ponto submissão, pois se crê que suas intervenções são legítimas e sábias e, por isso, capazes de inserir mudanças positivas. (PRADO, 2002, p. 87)

A migração, principalmente do nordeste e noroeste fluminense, foi um fato. A população de Arraial do Cabo triplicou em poucas décadas. Até então, a pequena vila de pescadores era definida por três lugares, três praias onde fixavam residências: Praia dos Anjos, Praia Grande e Prainha. Agora novos bairros surgiriam assim como os sentidos e representações dos elementos estruturantes significantes daquela comunidade. Segundo Prado (2002, p. 39), os demais locais foram consequências da migração que teve seu início com a Álcalis.

(...) os outros são provenientes da migração oriunda da Álcalis. A Praia dos Anjos foi a principal área de colonização não só de pescadores portugueses como também de uma mistura étnica que incluía a pirataria francesa, inglesa e holandesa, sendo um lugar predominantemente de loiros. A praia Grande foi o segundo maior pólo, e a composição étnica ali contou com índios e negros; a Prainha, considerada uma continuação da Praia Grande, era o reduto dos negros. Com a industrialização percebemos uma nova dinâmica ocupação populacional, que criou novos bairros para os imigrantes. (PRADO, 2002, p. 39)

Nesse contexto, haverá alterações na cultura, nos seus elementos estruturantes significativos incorporando novos valores, novos hábitos, novos costumes, ou seja, novos elementos culturais materiais e imateriais. Até então, tinha-se uma comunidade filha do isolamento social e geográfico, onde seus membros elaboraram um modo de vida partindo de

seu processo de formação e aculturação. Agora, com a Álcalis, há um rompimento desse isolamento permitindo que novos elementos fossem incorporados ao meio social devido aos novos atores sociais. Muitos dos pescadores fomentaram participar dessa nova ordem, haveria estabilidade, carteira assinada, seria sinônimo de progresso.

Entretanto, Prado (2002) salienta que muitos retornaram para o que lhes identificava: pescadores artesanais. A pesca artesanal, dessa forma, nessa região, é um marco que se alimenta do sentido de ser pescador e, como a campanha (grupo de pesca de uma canoa) favorece o sentido de companheirismo até hoje nessa região. Tal fato é determinante na segregação da comunidade entre os nativos e migrantes. Os migrantes são considerados como membros da comunidade ou como forasteiro, o cabra, formando rótulos e definições sobre si mesmo e os demais sujeitos sociais que ali estavam a partir da cultura como contexto.

Como forma de identificar-se, determinados elementos são considerados essenciais. Estão presentes nas histórias rememoradas pela comunidade, retomando sentidos e significações na constituição da memória social e coletiva. Em seu cotidiano, encontramos diversos simbolismos que retratam sua historicidade e, como a pesca artesanal, seus saberes, suas funções ainda são fundamentais para integração dos membros dessa comunidade. Mesmo com a Companhia Nacional da Álcalis, é perceptível um deslumbramento num primeiro instante e, também, o regresso de muitos que não conseguiram se adequar às normas da empresa e, conseqüentemente, retornaram à pesca artesanal.

5. *Conclusão*

Compreendemos a relevância do conjunto de elementos culturais materiais e imateriais da mesma forma que suas transformações e reproduções e, conseqüentemente, as possíveis alterações e adequações do sentido da identidade de resistência e de projetos. Tais conjuntos de elementos materiais e imateriais predeterminam uma cultura local e são determinantes das especificidades desenvolvidas no contexto sócio-histórico cultural da comunidade pesqueira artesanal cabista.

A memória social e coletiva, embora seja uma grande colcha de retalho, traz interseções de experiências de vida objetiva e subjetiva em torno da pesca e suas nuances. Podemos afirmar que há uma grande relevância da memória social e coletiva e do processo de rememoração para a reestruturação da cultura local e novas possibilidades do reconhecimento

to social entre os membros da comunidade. Tanto a rememoração quanto a memória social e coletiva são fundamentais para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, mas também para novas formas de conceber a cultura local, articulando tradições, saberes, sabores, sonoridades, artesanatos.

Já no que se refere à historicidade dessa comunidade, esta demonstrou algumas questões que foram determinantes para a constituição dos elementos culturais materiais e imateriais, os quais são fundamentais para a cultura local, microrregional dessa comunidade pesqueira artesanal. Entre eles compreendemos que a população cabista foi determinada pelo isolamento social e geográfico. Logo, os nativos de Arraial do Cabo foram abandonados entre os morros, dunas e restingas, alimentaram-se de um orgulho do passado histórico de “conquistadores” de terras, formando, então, a memória social e coletiva.

Entretanto, embora tenha existido o processo de aculturação, houve uma hierarquização dentro da própria comunidade no que se refere à dominação cultural, tendo como padrões culturais e valores a cultura portuguesa. Tal fato promoveu a definição das praias como espaços sociais legítimos para uns e não para outros, por isso as segregações existentes nas principais praias: Praia Grande, Prainha e Praia dos Anjos, ou seja, há existência da segregação dos segmentos sociais e definição de padrões culturais vivenciados e reproduzidos pelos seus membros. Assim sendo, diante da hierarquização das etnias, foi surgindo um grande racismo local que deve ser superado para que o reconhecimento social comunitário torne-se uma realidade vivenciada pelos membros da comunidade como um todo.

Contudo, é perceptível que a pesca artesanal é uma realidade em todas as praias e ainda pode ser uma forma de articular a própria comunidade. Para tanto, hoje, a RESEX pode realizar um papel central junto aos pescadores, principalmente, para que as diferenças sejam ressignificadas em prol da própria comunidade, assim como administrar e/ou resolver os próprios conflitos sociais existentes na comunidade.

Sobre a relevância da integração das narrativas, do processo de rememoração e da constituição da memória social e coletiva, foram evidenciadas a historicidade e as particularidades da comunidade relatadas por Prado (2002), as quais foram favorecidas pela oralidade, por histórias contadas, lendas que percorrem o imaginário social e uma grande pesquisa etnográfica.

Além disso, ao analisarmos algumas histórias contadas, partimos de um livro organizado por Wilnes Pereira. Percebemos que estas narrativas estão recheadas de lembranças que apontam alguns elementos estruturantes significativos. Nossa reflexão foi facilitada, pois quando a narratividade toma formato de uma narrativa organizada num livro de contos, traz possibilidades de formação de um pequeno acervo cultural da comunidade tradicional de pesca de Arraial do Cabo.

Assim, outros indivíduos podem ter contato não apenas com a história em si, mas também, possibilidades de conhecer novas culturas, novos fatos que trazem impressões subjetivas e objetivas de realidades sócio-históricas diversas, como as da comunidade cabista. Desse modo, esses dois autores foram essenciais para nossa compreensão da cultura como contexto na comunidade de pesca artesanal cabista.

Nas narrativas encontramos os elementos constituidores da memória social e coletiva da comunidade e o que a afeta, do que pode favorecer o fortalecimento do sentimento de pertencimento e, assim, do reconhecimento social comunitário.

Podemos exemplificar alguns pontos essenciais presentes nos contos analisados. A comoção que é a pesca de cerco, remetendo às tradições passadas de geração para geração. As alterações no meio social, além de novas concepções no modo de vida, novos sonhos, status e projetos com a instalação da Companhia Nacional da Alcalis devido ao processo migratório, assim como os estereótipos formados pela comunidade são observados no conto o “Pé de Cabra”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Nilo Lima de; JUNIOR, Wilson Coury Jabour (Org.). *Reflexões e ollares*: o patrimônio cultural de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalta, 2012, p. 17-42

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 22. ed., Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* – lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, 1995.

ERRANTE, Antoinette. *Masafinal, a memória é de quem?* Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, p. 141-74, n. 8, set, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.

MALUFF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentidos. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e Procedimentos*. 4. ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

PEREIRA, Wilnes Martins. *Arraial do Cabo seus contos e seus encantos*. Rio de Janeiro: Hoffmann, 2013.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF, 2002.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Enfoques, Letras)